



Momentum

Financeiro e Governance

8 de Agosto de 2013

NOVO REGIME DOS JUROS E OUTROS ENCARGOS NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

I - Introdução

O próximo dia 5 de Setembro marca a data em que entrarão em vigor as principais alterações ao regime dos juros e dos encargos aplicável às operações de crédito, conforme aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 58/2013, de 8 de maio. A adaptação ao novo diploma pelas instituições de crédito, até essa data, das suas políticas, sistemas e práticas operacionais adivinha-se ser tarefa exigente, em parte devido a alguns aspetos merecedores de particular atenção.

II - Capitalização de juros

A temática da capitalização de juros gira em torno de um equilíbrio entre preocupações de, por um lado, evitar o crescimento exponencial da dívida dos clientes bancários e de, por outro lado, não sacrificar eternamente a possibilidade de as instituições de crédito rentabilizarem os juros noutras operações.

A principal novidade consiste na possibilidade de

Servulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

This publication was prepared by Servulo & Associados exclusively for information purposes and its content does not imply any sort of legal advice nor establish a lawyer client relation. Total or partial copy of the content herein published depends on previous explicit authorization from Servulo & Associados.

Rua Garrett, n.º 64 1200-204 Lisboa - Portugal Tel: (+351) 21 093 30 00 Fax: (+351) 21 093 30 01/02
geral@servulo.com www.servulo.com



Momentum

Financeiro e Governança

capitalização de juros remuneratórios correspondentes a um período igual ou superior a 1 mês, quando anteriormente esse período era de 3 meses - salvo nos contratos com carência de pagamento de juros, em que se mantém o período mais longo.

O legislador poderia ter sido mais claro na determinação do momento em que a capitalização é possível (se tem de existir vencimento há um mês ou se basta que os juros vencidos digam respeito a um período não inferior a um mês). A primeira posição poderá fazer mais sentido para os que defendiam que a capitalização dependia de convenção posterior ao vencimento, o que pode perder algum peso face à previsão de dispensa de notificação ao devedor para que a capitalização possa ser eficaz, bastando para o efeito a existência de um acordo prévio por escrito.

Quanto à capitalização de juros moratórios, esta passa a só ser possível no âmbito de uma reestruturação ou consolidação de contratos de crédito.

III - Juros moratórios

No domínio do regime sancionatório da mora, o novo diploma demarca-se do anterior, essencialmente, por deixar de permitir que a penalização da mora opere por via da aplicação de cláusulas penais e reconduzir os mecanismos sancionatórios disponíveis neste âmbito à aplicação de juros moratórios a uma taxa máxima de 3% sobre a taxa de juros remuneratórios da operação. De notar que a taxa de juros moratórios encontra a sua base de incidência circunscrita ao capital vencido e não pago, aqui se incluindo os juros entretanto capitalizados. Tais condicionantes deixam naturalmente de ter aplicação logo que a situação de mora seja convertida em incumprimento definitivo, momento a partir do qual continua a assistir às instituições de crédito o



Momentum

Financieiro e Governance

direito de acionar as cláusulas penais indemnizatórias, previamente fixadas nos contratos de crédito.

IV - Cobrança de comissões e despesas

Com o intuito de obstar à sobreposição de cobrança de comissões com fundamento na mora, as instituições de crédito ficam limitadas neste domínio, podendo apenas cobrar uma única comissão com tal fundamento: a comissão pela recuperação de valores em dívida ("CRVD"). Tratando-se de prestação em dívida inferior a 50.000,00€, a CRVD não poderá exceder 4% do seu valor, com um mínimo de 12,00€ e máximo de 150,00€. Já se a prestação em dívida exceder 50.000,00€, a CRVD não poderá superar 0,5% do montante desta prestação.

Pese embora condicionem drasticamente a cobrança deste tipo de encargos nos casos de prestações de serviços fundadas na mora, cabe notar que as alterações agora introduzidas não traduzem uma restrição absoluta à cobrança de comissões numa situação de mora, residindo a pedra de toque em saber se a comissão tem ou não fundamento na mora. Impõe-se, neste âmbito, o recurso a critérios de razoabilidade na definição da linha de fronteira, tendo por referência as finalidades subjacentes a este novo diploma.

Verónica Fernández | Francisco Salavessa
vf@servulo.com | fbs@servulo.com